

Laicidade e educação através de etnografias em espaços escolares

FERNANDO SEFFNER

Da laicidade e da cultura escolar

No Brasil do ano de 2022, a educação é um direito social assegurado na Constituição. A escolaridade é obrigatória dos 4 aos 17 anos. No Ensino Fundamental o Brasil atingiu a universalização, com 98,9% da população de 6 a 14 anos frequentando a escola. Cerca de 85% do alunado estuda em escolas públicas. De acordo com o Censo Escolar 2021 (BRASIL, 2022), a população escolar brasileira era de 47 milhões de crianças e jovens, superior à população da Argentina, para que se tenha ideia da dimensão do empreendimento escolar no país. No Brasil do ano de 2022, vige a Constituição de 1988. Os termos estado laico, laicidade ou liberdades laicas não constam no texto constitucional. Mas é possível afirmar que há garantia da laicidade, e isso se observa no texto do Art. 5º, inciso VI, que assegura liberdade de crença aos cidadãos, e ressalta que: é inviolável a liberdade de consciência e de crença; é assegurado o livre exercício dos cultos religiosos; e está garantida a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. Tais diretrizes afetam a educação, um bem público e promotora da cidadania aos jovens.

O propósito deste artigo é indicar pistas a algumas questões: Como a laicidade interpela as políticas públicas de educação, assumindo-se que a escola contemporânea é diversa em termos de pertença religiosa do alunado e de suas famílias? Observando cenas do cotidiano escolar, é possível estabelecer elementos para uma definição de laicidade própria a este ambiente? A oferta curricular, de caráter obrigatório por lei, da disciplina de ensino religioso, fere o princípio constitucional da laicidade? É adequado imaginar o percurso escolar na ausência de abordagem de

questões de natureza religiosa junto ao alunado? Se uma das tarefas da escola diz respeito à sociabilidade e socialização, é possível pensar que tal tarefa possa se realizar sem atenção ao pertencimento religioso das crianças e jovens? E se assumirmos que o tema da pertença religiosa é importante na formação escolar, não seria importante o debate acerca da laicidade? Apresentamos inicialmente dados que permitam entender o panorama educacional brasileiro e a laicidade. A seguir narramos um conjunto de cenas da cultura escolar, em que é possível perceber tensões entre pertencimento religioso, questões de gênero e sexualidade e diretrizes da educação das relações étnico raciais. A partir de tais situações, discutimos a pertinência da laicidade na cultura escolar. No momento de escrita deste texto, inverno de 2022, os embates no campo educacional envolvendo gênero, sexualidade, raça e religião constituem matéria diária nos grandes jornais, e alimentam tensão nas escolas e corpo docente, situação que perdura nos últimos anos. Uma atenção ao tema da laicidade nos parece necessária para pensar uma educação democrática e republicana.

Brasil: educação escolar e laicidade

A partir das regulamentações da Constituição, a trajetória escolar obrigatória dura 14 anos. Esse percurso é chamado de Educação Básica, o básico para desenhar projetos de vida. Ao realizar tal percurso, a criança ou jovem não está simplesmente na escola. Ela participa de uma cultura, a cultura escolar, marcada pela alfabetização científica, ênfase na escrita e na fala argumentadas, rituais de avaliação com promoção ano a ano, estratégias de sociabilidade e de socialização marcadas pela noção de espaço público, atenção com as demandas das culturas juvenis e com as expectativas sociais, em particular na formação para a cidadania e na preparação para o mundo do trabalho. Também por força de disposições legais, tivemos um surgimento expressivo das escolas públicas de turno integral, nas quais o alunado permanece o dia todo e realiza cinco refeições. Na faixa etária de 0 até 3 anos de idade, uma a cada três crianças já frequenta a creche.

Educar crianças e jovens torna-se cada vez mais, e cada vez mais cedo, uma tarefa que se delega à escola, e a professores e professoras. A educação é cada vez mais uma política pública, mantida por impostos, de frequência obrigatória, e que se ocupa não apenas com a tradicional tarefa de alfabetização científica, mas também com os processos de sociabilidade, socialização, segurança alimentar, cuidados em saúde, e muitos outros aprendizados estratégicos para a vida em sociedade. O expressivo crescimento da inclusão escolar no país caminhou junto com a ampliação do regime democrático, a partir do final da ditadura militar (1964-1985), e fortemente a partir da Constituição Federal de 1988. Com o constrangimento do regime democrático, a partir do golpe que depôs a presidenta eleita em 2016 (MIGUEL, 2019), os indicadores educacionais (frequência escolar, capacidade de financiamento, capacitação do corpo docente, disponibilidade de merenda, alcance do Programa Bolsa Família, fornecimento de livro didático com qualidade científica etc.) vêm experimentando sensível recuo. A diferença entre o tratamento dado à educação em regimes autoritários e em regimes democráticos está sintetizada em um caso símbolo: nos anos da ditadura, os governos militares decidiram por reduzir a escolaridade obrigatória em um ano. O percurso da Educação Básica, que era de 9 anos, passou a ser de 8 anos. Com o retorno dos governos democráticos, esse ano eliminado foi reinserido, se acrescentaram dois anos de Educação Infantil, e o Ensino Médio se tornou obrigatório. Há evidentes conexões entre democracia e garantia do direito à educação, e a laicidade aparece como variável nesse cálculo.

Para além de ser, majoritariamente, uma política pública, o campo da escolaridade obrigatória vem atraindo interesses privados, tendo em vista sua dimensão demográfica e o enorme conjunto de recursos nele empregados. Dentre as instituições que investem no mercado educacional, um conjunto delas pertence a associações religiosas, de longa data nele presentes. Este é outro dado a levar em conta quando pensamos na laicidade no campo educacional. Temos um sensível aumento da oferta de vagas em creches, e em escolas de educação infantil, no regime de parceria público privada, que é atendida por instituições religiosas. E há pressões parlamentares para que o cuidado escolar das crianças, até os seis anos, seja feito prioritariamente por instituições

baseadas na fé, tidas como em sintonia com os desejos das famílias, e recebendo fundos públicos. Este é apenas um dos muitos exemplos em que interesses econômicos e pertença religiosa se cruzam com as políticas públicas de educação.

Em paralelo com interesses privados que miram o campo educacional, assistimos a uma explosão de proposições legislativas que insere nas grades curriculares disciplinas ou temas dos mais diversos: ensino religioso, educação financeira, educação para o trânsito, mediação de conflitos, projetos de vida, prevenção em infecções sexualmente transmissíveis, ética e cidadania, direitos do consumidor, empreendedorismo, programas de saúde, técnicas comerciais, ensino do holocausto, cidadania e relações de gênero, educação das relações étnico raciais, educação ambiental, sustentabilidade, tecnologias digitais, higiene e cuidado de si, educação estética, projeto eleitor jovem, expressão corporal, relações interpessoais, sustentabilidade e tecnologia, educação em temas sensíveis, educação para as competências e habilidades. Embora muito se fale de uma crise da escola, de um suposto desencaixe entre a escola e as demandas da vida (TRAVERSINI, 2012), de um suposto atraso da escola em relação ao mundo que lhe cerca, no caso brasileiro a solução para isso não é inventar outra forma de educar crianças e jovens, mas inserir, no percurso escolar, um enorme conjunto de coisas. Na listagem que indicamos acima, numerosos temas, que tradicionalmente compunham a pauta de educação familiar ou religiosa, foram transferidos para a educação escolar. Educar é governar condutas, e a pedagogia escolar é uma arte de governar crianças e jovens. As novas agências que se envolvem com a educação deste público, concorrendo com as tradicionais — escola, família e religião — e provocando um vago, porém sensível e disseminado temor social, são o vasto campo de possibilidades pedagógicas das redes sociais (SIBILIA, 2012); o universo midiático e televisivo; a imensa quantidade de aplicativos para conhecer pessoas, viver experiências e adquirir conhecimentos, com a eventual criação de corpos digitais, circulando em mundos do ciberespaço; as modalidades de organização das culturas juvenis e de seus ícones culturais; as redes de sociabilidade em torno de estilos musicais; as redes de usuários de jogos eletrônicos; o crescimento exponencial da indústria

pornográfica online, particularmente aquela de exibição de amadores jovens; e outras possibilidades de encontros e aprendizados, presenciais ou híbridos.

É equivocado dizer que a escola recuou em seu alcance ou em suas funções educacionais nas últimas décadas. No Brasil, a escola, ao contrário, avançou, tornou-se efetivamente obrigatória e incluiu a quase totalidade de crianças e jovens, alcançou todos os pontos do país, e tomou o lugar de algumas funções familiares e religiosas, em especial em termos de sociabilidade. No Brasil de hoje não se vive mais a condição infantil ou juvenil sem ser em estreita relação com a escola, e a ausência dela foi sentida de forma pungente na recente pandemia de COVID 19. O processo que ocorre em nosso país acompanha tendência mundial que, se por um lado implica maiores níveis de capacidade em leitura, escrita, argumentação, cálculo, por outro implica certa homogeneização cultural de povos e culturas, e certa universalização da condição juvenil, em conflito com formas familiares e religiosas locais¹, o que amplia temores sociais.

É por conta desse conjunto de motivos que a escola e professores e professoras encontram-se, nos últimos anos, na mira de movimentos conservadores, quando não reacionários, como os movimentos “escola sem partido” e “ideologia de gênero”, o movimento escola sem pedofilia, o movimento que busca banir a linguagem neutra, ou inclusiva, da cultura escolar. Também por esse motivo tivemos uma explosão de projetos legislativos que buscam coibir a liberdade de ensinar, e também a pluralidade de orientações pedagógicas, direitos assegurados em preceitos constitucionais. Em todos esses movimentos há clara participação de lideranças religiosas, em associação com grupos sociais conservadores, quando não reacionários, mobilizando os temores das famílias. Em outro extremo, no qual os movimentos que reforçam a inclusão e a educação democrática, também temos participação de lideranças religiosas e igrejas inclusivas. Atores religiosos estão presentes em todas as disputas no campo educacional.

1. Recomendamos que se assista ao documentário de Carol Black, *Escolarizando o mundo: o último fardo do homem branco* (2010), coprodução dos EUA e da Índia.

É clara a intenção, por parte de certas famílias e religiões, de enfraquecer a autonomia das escolas, comprometendo princípio assegurado na Constituição. Disseminou-se na sociedade a ideia de que os valores familiares têm precedência sobre os valores escolares, e de que os valores familiares são sólidos na medida em que se vinculam a uma religião do campo cristão. Tal intenção ganhou força no atual governo, e programas do Executivo, como *Leitura em Família*, *Laços Fortes Familiares*, *Refeição em Família*, *Bíblia na Escola* e, o principal deles, a tramitação da regulamentação da *Educação Domiciliar*, são exemplos disso. Tais projetos e programas estão claramente animados pela tentativa de fazer da família um lugar pedagógico que possa concorrer com a escola, recuperando funções que efetivamente as famílias já tiveram, mas das quais abriram mão nas últimas décadas. No interior dos movimentos “escola sem partido” e “ideologia de gênero” desenvolveu-se o slogan “Meu filho, minhas regras”, que impacta a interface público/privado, escola/família.

O Brasil não tem religião oficial, e o Estado não pode promover culto religioso específico. Mas nossa história política foi construída em estreita relação com o catolicismo, e isso abriu espaço para que princípios religiosos se façam presentes em atuações estatais. Há numerosos exemplos: nossa atual Constituição se invoca “sob a proteção de deus”; a lei estabelece obrigatoriedade de matéria religiosa nos currículos oficiais; templos religiosos têm imunidade tributária; o casamento religioso tem efeitos civis; temos capelanias militares, e projetos buscam instaurar capelanias escolares; a presença de símbolos católicos em prédios públicos é frequente, e as escolas não fogem a essa prática; atos oficiais do poder público com regularidade contam com a presença de figuras religiosas; espaços ditos ecumênicos em prédios públicos são pensados à moda de capelas, com crucifixo e lamparina vermelha. Tais questões necessitamos levar em conta ao pensar as conexões entre laicidade e políticas públicas de educação, assumindo que não há um modelo ideal, ou universal, de estado laico, ou de definição da laicidade, mas experiências próprias de cada país ou região. Qual seria a brasileira?

Da etnografia de cenas da cultura escolar

Em sucessivos projetos de pesquisa realizei a etnografia de cenas e situações envolvendo a cultura escolar², com atenção às questões de gênero, sexualidade e raça e ao tema da laicidade. Apresento abaixo resumida amostra do já encontrado envolvendo os tópicos citados. Com isso em mente, adiante iremos pensar nas conexões laicidade e cultura escolar. Todas as cenas foram registradas em visitas a escolas públicas nos municípios da região metropolitana de Porto Alegre, no período de 2006 a 2022.

Situação 1: O turno da tarde foi dedicado à festa junina. O pátio decorado na forma de arraial, com bandeirinhas triangulares. Havia uma roda de alunos e alunas dançando. Em dado momento, os jovens encarregados do som colocaram um funk. Todos na roda começaram a rebolar. A música inclusive falava em rebolar. Três alunas evangélicas (roupas, cabelos, ausência de adereços, sapatos, tudo indicava tal pertença) saíram da roda de imediato. Várias crianças incentivaram “vem rebolar, vem dançar, vocês precisam aprender isso”. Elas se recusaram. Uma semana depois falei com uma das professoras, perguntando se não tinha havido alguma reação por parte de pais ao episódio. Ela respondeu que não. Mas contou que a reação foi contra uma enorme fileira de bandeirinhas com as cores do arco íris, feitas por um grupo de alunos e alunas LGBTQIA+, que gerou protestos por parte de algumas famílias quando foram pegar seus filhos e filhas no término da festa.

Situação 2: A professora fez questão de mostrar uma instalação feita pelos alunos do último ano do Ensino Fundamental no festival de arte. Ocupando as paredes do corredor central havia uma profusão de cartazes. Em um deles estava o título “Amor é Amor”. Abaixo, seis casais, formados cada um por dois bonecos. Em todos eles, misturas de cor azul e rosa nas roupas. Claramente se podia identificar um casal heterossexual, um casal de mulheres, um de homens, e estas mesmas combinações em casais inter-raciais. Havia também elementos de androginia nos bonecos, homens de cabelo comprido, mulheres de cabelo curto, homem de

2. A listagem dos projetos, bem como de artigos e outras publicações, pode ser conferida no currículo Lattes do autor, em <http://lattes.cnpq.br/2541553433398672>.

vestido e mulher de calça. Abaixo e ao lado do cartaz, dois rabiscos, em canetas de cor diversa, onde se lia “Pecado” e “Contra Deus”, indicando que alguns haviam discordado do que se mostrava ali.

Situação 3: Turma de nono ano do Ensino Fundamental. Acima do quadro negro, há cartazes em cartolina colorida, cada um com um termo e sua curta definição. A lista incluía sexismo, feminismo, machismo, lugar de fala, patriarcalismo, empoderamento, equidade e misoginia. Perguntei aos alunos como aquilo havia sido feito. Explicaram que foi uma atividade da aula de Ensino Religioso, por conta de brigas que havia na turma entre as meninas e os meninos. Uma das meninas foi bastante objetiva ao dizer que todas as colegas haviam concordado com aquelas palavras, menos “as gurias crentes da sala de aula” que, segundo ela “tinham outros valores na cabeça” porque “eram muito atrasadas”. Perguntei se os meninos haviam concordado com aquilo, ela respondeu “os guris são muito bobos, eles têm que aprender a respeitar as meninas, e pronto”.

Situação 4: Escola de grande porte de Educação Básica. Ao ingressar, me deparei com enorme mural horizontal, que acompanha toda a parede das salas de aula que dão para o pátio. O mural é composto pela colagem de papéis coloridos, com flores, árvores, arbustos, céu, sol, uma cerca branca. As flores são de todas as cores possíveis, todo o conjunto é muito colorido e alegre. Do lado direito do mural está uma frase em letras grandes: “Se as cores se misturam pelos campos é porque flores diferentes nasceram para viverem juntas. Viva a diversidade”. Comentei com a supervisora que achei o mural muito bonito. Ela se apressa em dizer que o trabalho envolveu várias turmas. Mas que alguns pais vieram reclamar, dizendo que o painel era “ideologia de gênero”, “forçando os alunos a serem gays” e “contra Deus”, e que aquilo estava dando uma dor de cabeça para as professoras, porque tinha havido denúncia na coordenação de ensino.

Situação 5: Turma de Ensino Médio, aula de História. O professor explica tópicos da pré-história, em seguida escurece a sala, e projeta um trecho do filme “A Guerra do Fogo”. A cena mostra mulheres de tanga na beira de um rio, abordadas, de modo violento, por um grupo de homens. Um aluno, sentado na primeira fileira, baixa a cabeça na classe, e tapa os olhos. Alguns meninos começam a provocar dizendo “tu não sabe o que

tu tá perdendo”, “olha lá, que maravilha”, “pode abrir os olhos, já terminou o sexo” e há muitas gargalhadas. Ao final da projeção, o aluno levanta a cabeça e volta a acompanhar a aula. Converso com ele ao final, ele explica que sua família é evangélica, o pai é pastor, e ele é proibido de ver qualquer coisa de nudez. Os colegas da turma se apressam a dizer que ele tapou os olhos na aula de Biologia, quando estudavam o corpo humano.

Situação 6: Turma de Ensino Fundamental, aula de História. O professor fala do contato entre europeus e indígenas quando da descoberta do Brasil. Em dado momento, pergunta: “você sabem o que é canibalismo?” De imediato um garoto, nitidamente afeminado, responde em voz bem alta: “canibalismo é comer pessoas”, e faz uma exclamação, algo como “hui, hui, hui”. Há muitas gargalhadas. Um aluno se levanta, e diz que vai sair da sala, pois ele já avisou que não fica na aula quando começam a dizer palavrões e falar de sexo, é contra a religião dele. O professor aquietou a turma, a aula segue, o aluno permanece.

Situação 7: Em uma turma de sétimo ano, uma aluna pediu para ser chamada por um apelido, originado de seu nome, mas com sentido claramente masculino. Tal pedido ocorreu na esteira de um processo longo, em que ela se assumia cada vez mais como garoto, estando já bastante integrado nos grupos masculinos e com aceitação majoritária dos e das colegas de sua classe, incluindo-se aí alunos e alunas de pertença religiosa evangélica ou católica. Duas famílias pediram que suas filhas fossem trocadas de turma, pois não queriam que convivessem com o agora menino. Tal pedido não foi aceito, e nem era do desejo das duas meninas, que estavam nitidamente constrangidas com as queixas das suas mães. A situação envolveu encontros tensos entre famílias, representantes da escola, eu e as próprias crianças envolvidas. As duas famílias acusaram a escola de estar promovendo “ideologia de gênero”. Uma das crianças foi transferida de escola.

Situação 8: Escola de Ensino Médio em bairro popular da cidade, alunos e alunas negros e negras são maioria. Em frente à escola temos uma igreja evangélica, separada por poucos metros de um templo de religião afro, os dois muito frequentados. Tal situação reflete o contexto no interior do bairro, com forte presença das duas tradições religiosas. Há vários cartazes pelos corredores da escola, estimulando a boa convivência

entre diferentes religiões. As professoras me mostram escritos nos banheiros, e nos muros externos da escola e em algumas paredes internas, com provocações envolvendo as duas tradições religiosas. A escola foi uma das ocupadas pelos alunos quando dos movimentos de 2016, e dali se originaram dois coletivos de alunas feministas, e um coletivo de alunos LGBTQIA+. A escola divide terreno no mesmo quarteirão com uma unidade básica de saúde, onde funciona um ambulatório trans, frequentado por alguns alunos em fase de transição, particularmente do turno noturno. Há cartazes sobre diversidade sexual e de gênero em várias salas de aula, bem como murais sobre equidade de gênero. Entre os docentes há professoras lésbicas e professores gays bastante assumidos, inclusive uma das vice-diretoras. Nas palavras de uma bem-humorada professora, a escola reúne “a palha, a pólvora, o fósforo e a gasolina”, e não há dia que não se tenha que “apagar incêndios”.

Com a execução de projetos de pesquisa realizando etnografia de cenas da cultura escolar, verifico um sem número de outros conflitos, envolvendo o estudo das ideias de Darwin; os relatos da Reforma Religiosa; tópicos de saúde sexual e reprodutiva; dados históricos e informações demográficas sobre a situação das mulheres no Brasil e no mundo, no passado e no presente; o eterno debate acerca da sexualidade dos homens na Grécia Antiga; um sem número de questões que articulam raça, religião, gênero e sexualidade etc. Os desacordos, nos quais se opõem nitidamente grupos de diferente pertença religiosa, atingem tanto os conteúdos escolares quanto os rituais de sociabilidade (entre jovens) e de socialização (em relação à noção de espaço público e em sintonia com regras sociais de convívio, como é o caso do nome social).

A laicidade encontra a cultura escolar

Para os propósitos deste artigo, assumimos que a trajetória escolar obrigatória no Brasil se realiza em articulação com três conceitos: cultura escolar, secularização e laicidade. A trajetória escolar é o ingresso e longa permanência em uma cultura, a cultura escolar, com regras próprias, em sintonia com as noções de espaço público, gestão democrática e sentido

republicano, visando à alfabetização científica e ao aprendizado de um conjunto de saberes para a vida em sociedade. A vida na cultura escolar é cada vez mais marcada pela diversidade, fruto da inclusão de todos e todas na escola, e consequente proliferação de marcadores sociais da diferença na composição do alunado: gênero, classe, raça, orientação sexual, pertença religiosa, origem regional, orientação política, filiação partidária e geração. A trajetória escolar se realiza cada vez mais em instituições públicas, onde é sensível um retraimento da presença do religioso, processo que denominamos de secularização, na comparação com períodos históricos anteriores nos quais, mesmo em instituições públicas, os rituais católicos eram obrigatórios (CUNHA, 2017). A trajetória escolar implica o exercício da capacidade de construir acordos entre indivíduos e grupos cujas opiniões diferem, e a laicidade é o mecanismo de regulação política e pedagógica nestas questões, em especial por assegurar a mais ampla liberdade de crença, consciência e pensamento, e evitar a presença dos discursos de ódio (GIUMBELLI, 2013).

A laicidade na cultura escolar precisa ser pensada tanto como um conceito histórico (que tem origem em determinada conjuntura, diferentes modos de interpretar e está sujeito a marcas locais), quanto como um valor político que organiza os modos da relação dos indivíduos, em especial na negociação das diferenças religiosas, mas não só, pois a pertença religiosa implica opiniões conflitantes em termos de raça, classe, usos do corpo, deficiência, noções de família, filiação política e até mesmo partidária. Particularmente, para os interesses de pesquisas que mantenho, a laicidade é um operador político e pedagógico que permite pensar as possibilidades de organizar a cultura escolar buscando simultaneamente o maior grau de exercício da liberdade religiosa e o maior grau de exercício da liberdade de expressão dos pertencimentos em gênero e sexualidade (SEFFNER, 2020). A laicidade torna-se indispensável quando pensamos nos conflitos que envolvem as demandas de reconhecimento da população LGBTQIA+, as proposições feministas, as posições religiosas em gênero e sexualidade, as políticas públicas em saúde sexual e reprodutiva, o direito dos jovens à educação sexual alicerçada em noções científicas e nas numerosas demandas das culturas juvenis. Ao longo

da trajetória escolar os jovens vão adquirindo autonomia, não apenas de pensamento, mas de valor legal, previsto em lei, até atingir a maioridade com 18 anos. Isso faz com que tenham ideias próprias, afastando-se, eventualmente, das noções herdadas da família e do pertencimento religioso de origem. Todo este processo ocorre em diálogo com a cultura escolar, período de preparação para a vida no espaço público.

Uma tarefa pedagógica importante é a capacidade da cultura escolar em produzir indivíduos que valorizem o percurso de autonomia, e a democracia como melhor forma de gerir conflitos e divergências. Uma das marcas da cultura escolar é a gestão democrática da escola. A escola é, no texto constitucional de 1988, a única instituição pública dita que deve se pautar, obrigatoriamente, por gestão democrática. A laicidade é um dos aspectos jurídicos desse modo de organização escolar. Assumimos que há distintas configurações da laicidade, a depender de marcas locais da cultura escolar, e do contexto histórico e político que se está vivenciando. A laicidade na cultura escolar deve tanto ser um princípio jurídico e político, quanto um elemento de ordem pedagógica, que ensina modos de viver em sociedade. Tais modos devem estar a serviço de ideais democráticos, um compromisso explícito da educação escolar.

Pensando em um conjunto de situações que já foram objeto da etnografia de cenas da cultura escolar, a laicidade deve: estar atenta às representações que permitem a cada indivíduo ou grupo social definir o que é da esfera do religioso para si, e de como isso está relacionado a outras esferas da vida e do conhecimento; permitir que alunos e alunas portem os símbolos religiosos que julgarem adequados, bem como permitir que portem símbolos que indiquem identidade de gênero, de orientação sexual, de pertença racial, de filiação a diferentes culturas juvenis e dos muitos modos de uso do corpo, como é o caso do uso das tatuagens; não permitir a proliferação de discursos de ódio, aqueles que negam o estatuto de humanidade a indivíduos ou grupos; assumir que não se vai à escola para aprender o mesmo que se aprendeu em casa, ou na confissão religiosa que se aderiu desde criança, mas que a cultura escolar é abertura de horizontes, e tem autonomia em relação a outras esferas do cuidado de crianças e jovens; ampliar as possibilidades de existência e aceitação dos muitos modos de viver a condição infantil e

juvenil; assegurar a crianças e jovens possibilidades de formar seus próprios pontos de vista, com o conseqüente direito de exprimir suas opiniões livremente, em debate com os demais. Mais do que mero conjunto de regras a garantir separação entre estado e religião, a laicidade que desejamos na cultura escolar é dispositivo pedagógico e político que garante o direito à educação de crianças e jovens, princípio constitucional, evitando situações que provoquem a evasão escolar.

FERNANDO SEFFNER é professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Departamento de Ensino e Currículo. Docente e orientador junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) na linha de pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero. É líder do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero GEERGE.